

**CONTRATO CEDAE N.º 138 /2018 (DF)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO MOREIRA CABRAL, doravante denominada **CEDAE**, e a **ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP**, com sede na Rua Ângelo Vendrame nº 825, Bairro Jardim Jussara Maria, Birigui-SP, CEP 16.204-068, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.595.749/0001-36, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. NATAN CHAGAS DE OLIVEIRA, portador da cédula de identidade de nº 48.864.852-X, inscrito no CPF sob nº 410.367.068-18, residente e domiciliado na Rua José Alves Carneiro, nº 617, Colinas, Birigui-SP, CEP 16.207-013, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.680/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 344/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE INDUÇÃO, ROTOR TIPO GAIOLA, ASSÍNCRONO E DE ALTO RENDIMENTO"**.

Itens	Descrição	Quant. Unidade
02 Ampla Concorrência	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 355M/L – 250 HP – 8 Polos – 220/380/440V.	02
05 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 250S/M – 60 HP – 6 Polos – 220V.	01
08 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 200M/L – 40 HP – 6 Polos – 220V.	01
09 Ampla Concorrência	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 355M/L – 250 HP – 10 Polos – 220/380/440V.	06
11 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Classe Térmica H, acoplamento, polia e correia – 150HP – 4 Polos – 220/380/440V.	01

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;

d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **344/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

e) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 120026064

Código Orçamentário: 44.90.52.21

Fonte de Recursos: 10

Conta Contábil: 141110011

Centro de Custos: DS03000000

ID da Reserva Orçamentária: 2018000829

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 1.132.137,95** (um milhão, cento e trinta e dois mil, cento e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Itens	Descrição	Quant. Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
02 Ampla Concorrência	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 355M/L – 250 HP – 8 Polos – 220/380/440V.	02	122.222,22	244.444,44
05 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 250S/M – 60 HP – 6 Polos – 220V.	01	28.055,55	28.055,55
08 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 200M/L – 40 HP – 6 Polos – 220V.	01	19.555,56	19.555,56
09 Ampla Concorrência	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Alto Rendimento. Carcaça 355M/L – 250 HP – 10 Polos – 220/380/440V.	06	132.406,48	794.438,88
11 Cota Reservada	Motor Elétrico Trifásico Assíncrono de Classe Térmica H, acoplamento, polia e correia – 150HP – 4 Polos – 220/380/440V.	01	45.643,52	45.643,52
<b>TOTAL:</b>				<b>1.132.137,95</b>

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 1.132.137,95 (um milhão, cento e trinta e dois mil, cento e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2009.

2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplimento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplimento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO:** Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública,

direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO NONO:** A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que

não puderem ser reparados através da garantia prestada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de

Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá

constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HELIO MOREIRA CABRAL**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**NATÁN CHAGAS DE OLIVEIRA**  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

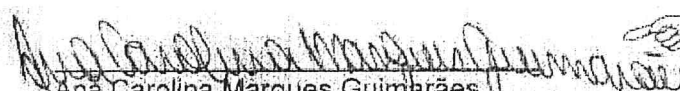
Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_


Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_



Ref Contr-ANA-CAROLINA-MARQUES-EPP-aquisicao-de-motores-eletricos-trifasicos-PE-344-2018-VBO



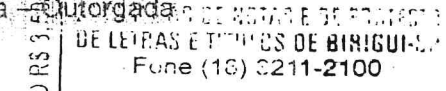
PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP

SAIBAM, quanto este particular instrumento de procuração bastante que ao dia 02 de abril de 2018, nesta cidade, distrito, município e comarca de Birigui, estado de São Paulo, na própria sede da empresa Ana Carolina Marques Guimarães EPP, sito a Rua Ângelo Vendrame, 825, Novo Jardim Stáble, Birigui - SP, por meio de sua diretora usando da atribuição que lhe confere como outorgante: Ana Carolina Marques Guimarães, brasileira, casada, residente à Rua Valadolid, 253, Residencial Ibiza, CEP: 16.201-079, nesta cidade e comarca que, por este instrumento e na sua melhor forma de direito, nomeia e constitui sua bastante PROCURADORA: GIOVANA XAVIER ALVES, RG: 58.959.806-5 e CPF: 041.339.261-96, brasileira, solteira, residente à Rua Bahia, 944, Vila Mendonça, Araçatuba/SP, CEP: 16.015-305, a quem confere os mais amplos poderes para gerir, administrar e tratar de assuntos, negócios e interesses que dizem respeito às licitações para empresa ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP, empresa com sede nesta cidade no endereço acima citado, inscrita no CNPJ: 20.595.749/0001-36 e Inscrição Estadual 214.125.790.112 com o Contrato Social devidamente registrado na Jucesp sob n.º 3512962766-5, a qual fica arquivada em pasta própria destas notas, podendo para tanto o referido procurador, participar de licitações, sejam em repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Paraestatais, de Economia Mista, Administrativas, Judiciais, Alfândegas, Banco do Brasil S/A, Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, INSS e junto a quaisquer outros órgãos especializados, Secretarias Estaduais, Federais ou Municipais e Setores Competentes que forem precisos e também em qualquer entidade privada que se utilizar deste meio de compra, constando e gozando o referido procurador dos poderes a ele instituídos, ou seja, apresentar propostas, formular lances, negociar preços, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, assinar contratos, apresentar, requerer, emitir e desentranhar quaisquer documentos quer forem necessários referentes às licitações, ter e fazer vistas em processos, acompanhá-los até o final da decisão, fazer provas e prestar declarações, juntar e retirar documentos e provas, assinar requerimentos, assinar pedidos de compra e/ou condições de fornecimento, projetos, recibos, declarações, notas, formulários e o que mais se fizer necessário, pagar guias e taxas de quaisquer naturezas, promover registros, averbações, cadastros, encerramentos, transferências, desistências, concordar ou impugnar com o que julgar conveniente, firmar atos, acordos e compromissos, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, impugnar, homologar, enfim praticar todos os atos, descritos acima com o propósito único e exclusivo às licitações, mesmo que omissos na presente. O prazo de validade desta procuração é indeterminado. É como assim o fiz, o qual depois de feito e lido subscrevo e assino. NADA MAIS.



  
Ana Carolina Marques Guimarães  
Diretora - Outorgante

  
Giovana Xavier Alves  
Procuradora - Outorgada

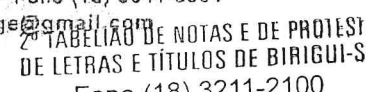
  


  
  
  
Fone (18) 3211-2100

**14 AGO 2018**

  
  
0129AA0642691

**ANA CAROLINA MARQUES GUIMARÃES EPP**  
CNPJ: 20.595.749/0001-36 - INSC. EST.: 214.125.790.112 - E-mail: licitacao.mirage@gmail.com

  
Fone (18) 3211-2100  
Renan Soares Ferreira de Castro  
Escritor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
GEOVANA XAVIER ALVES



DOC. IDENTIDADE / C.R.E. INSSOR / UF  
58933806 SSP/SP

CNPJ  
041.339.261-95 DATA NASCIMENTO  
27/08/1993

FILIAÇÃO  
GEOVAL XAVIER JUNIOR  
ELIZEUDA TONHA ALVES X  
XAVIER

1ª REGISTRO  
06463086750

PERMISSÃO  
ACC CAT. HAB  
AB

VALIDADE  
12/02/2020 1ª HABILITACAO  
17/09/2015

VALIDA EM TODAS  
as TERRITORIAS NACIONAIS  
1323677356

ASSINATURA  
*Geovana Alves*

LOCAL  
ARACATUBA, SP

Assinatura  
*negretti*

DATA EMISSAO  
04/10/2016

DETRAN SP (SAO PAULO)  
03065418273  
387144937420

ABRINDO PLASTIFICAR  
1323677356

10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

## RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada.

I - OBJETO: DESPESAS OPERACIONAIS DA SEA

Processo INEA Nº E-07/002.1492/2018

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação da portaria e término: 31/12/2018.

III. DE/Competência: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

IV. PARA/Executante: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

UO - 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

UG - 2401.00 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA

V. CRÉDITO:

PT: 2432.18.122.0002.2016 - Manutenção e Atividades Operacionais e Administrativas

Natureza da Despesa Fonte Valor

3390.00 218 R\$ 8.000,00

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser elaborada pelo responsável do setor que acompanhou a execução do objeto da descentralização, acompanhada de toda documentação, conforme previsto na Instrução Normativa AGE nº 24, de 10/09/2013. Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou se for constatada quaisquer impropriedades, quando da análise, deverá a concedente notificar, de imediato, a executante, a fim de, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas, cumprir a obrigação ou sanar as impropriedades.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral Interino

Id: 2139516

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 16.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.6303/2016 - RECONHECIMENTO DO DÉBITO, em favor da CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, referente à contratação de serviços técnicos em plataforma Microsoft, no âmbito do Contrato INEA nº 11/2016, no exercício de 2017, no valor total de R\$ 1.708,53 (mil setecentos e oito reais e cinquenta e três centavos).

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR

DE 05.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.30383/2018 - INDEFIRO o requerimento de Autorização Ambiental, em nome de JOÃO JOSE DA SILVA BARROCO, com base nos termos do parecer técnico SEFAM/ELIRH Nº 27/2018, e na decisão do Conselho Diretor do INEA em sua 45ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, bem como nos demais elementos constantes nos autos do processo em referência.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 27/09/2016

PROCESSO Nº E-07/002.05162/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por RAYMUNDO JOSE GABRY, localizado na RODOVIA BR 116, SN - KM 06 - GRANJA DO PONILHÃO, JAMPAPARA - SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/2015/02/005.

DE 06/03/2017

PROCESSO Nº E-07/002.12585/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA, localizada na PRAÇA MIGUEL COUTO FILHO, Nº 240 - CENTRO, SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.12585/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.1944/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por CONSERVADORA SERRANA LTDA, localizada na AVENIDA FELICIANO SODRÉ, 730 - VÁRZEA, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.1944/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.1944/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por ÁGUAS DO IMPE-RADOR S/A, localizada na AV. LEOPOLDINA, 561 - NOGUEIRA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.1944/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.09069/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PFS LIMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, localizada na ESTRADA DAS CACHUMBAS, SN, - PAQUEQUER PEQUENO, CRUZEIRO - TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.09069/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.02099/2016 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOÃO CARDINOT DE SOUZA, localizado na RUA MELVYN JONES, Nº 120 APTO 201, MEUDON, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.02099/2016.

PROCESSO Nº E-07/002.01452/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por NILSON PLANTES DE LIMA, localizado na ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA 3077 CX 06 - POSSE, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.01452/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.10206/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TEREZA REGINA DA GLÓRIA, localizada na RUA BEIRA LINHA CASCATÁ GUARANI CX 01, BEIRA LINHA - TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.10206/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.5054/2013 - INDEFERIDO a solicitação de Autorização Ambiental - AA, realizado por AGNELO VITAL VIEIRA, localizada na BR 393, FAZENDA SÃO PEDRO - MOURA BRASIL, TRÊS RIOS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.5054/2013.

PROCESSO Nº E-07/002.11305/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por ANDRÉIA LESSA DA SILVA, localizada na RUA VINTE E UM DE ABRIL, CASA 26-A - QUINTA LEBRÃO, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.11305/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.13283/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOSÉ AUGUSTO VILLELA PEDRAS, localizado na ESTRADA DA CACHOEIRINHA Nº 600 - FAZENDA ENGENHARIA, AREAL/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.13283/2015.

DE 28/08/2018

PROCESSO Nº E-07/002.11042/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por VÂNIA RAPOSO DA SILVA RI-

BEIRO, localizado na ESTRADA JERÔNIMO FERREIRA ALVES, 2684 CX 2, ITAIPAVA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo E-07/002.11042/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.2766/2018 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por MARCENARIA SIMÕES LTDA, localizada na SÍTIO VARGEM ALTA, SN - CORREGO DA PRATA, CARMO/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.2766/2018.

DE 30/08/2018

PROCESSO Nº E-07/002.12733/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por SABRINA MITSUE DA CUNHA MAEDA, localizada na RODOVIA BR-040, KM 58.001 AO KM 62.999 - ITAIPAVA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.12733/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.07815/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por LUCIA MARIA FONTES, localizada na RUA OTAVIO VALADAS QUINTELA, 9416 - FAZENDA VELHA, AREAL/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.07815/2015.

DE 03/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.05258/2014 - Indeferido a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PATRIMONY ADMINISTRADORA DE BENS S.A., localizada na RODOVIA BR-040, KM 58.001 AO KM 62.999 - ITAIPAVA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.05258/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.03058/2017 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por PORTO NOVO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALEM PARÁIBA LTDA, localizada na RUA ANTONIO SOUZA WERNECK Nº 6 - JAMPAPARA, SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.03058/2017.

DE 20/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.05079/2017 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Operação - LO, realizado por CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A, localizada na ESTRADA RETIRO DAS PEDRAS, 4000 - RETIRO DAS PEDRAS, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.05079/2017.

DE 21/09/2018

PROCESSO Nº E-07/150336/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por P.C.AMORIM HOTEIS E RESTAURANTE EPP, localizada na ESTRADA DO CONTORNO Nº43500, BINGEN - PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/150336/2008.

PROCESSO Nº E-07/150447/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por KAMAYAMA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, localizada na ESTRADA SAMAMBAIA Nº 138 - SAMAMBAIA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/150447/2008.

DE 27/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.09588/2015 - Indeferido a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por POSTO CAPIVARI, localizado na RODOVIA BR-040, SN - KM 61.8, ITAIPAVA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.09588/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.14257/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BEIJA FLOR, localizado na RUA REGINA DE MORAIS, Nº702 - BARRA DO IMBUÍ, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.14257/2014.

PROCESSO Nº E-07/509195/2010 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TAMBOATÁ RESTAURANTE LTDA, localizada na ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA Nº12360 - ITAIPAVA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/509195/2010.

PROCESSO Nº E-07/510875/2011 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por EUROMOLD IND E COM DE PLÁSTICOS E MOLDES LTDA, localizada na RUA JOÃO XAVIER, 249 - GALPÕES 01 E 02 - DUARTE DA SILVEIRA, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/510875/2011.

DE 28/09/2018

PROCESSO Nº E-07/150544/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por FUNDAÇÃO OCTACILIO DE ALBERTO, localizado na AVENIDA GARRÃO DO RIO BRANCO, 1003 - CENTRO, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/150544/2008.

PROCESSO Nº E-07/002.00142/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOSÉ FERNANDO DE ANDRADE, localizado na ESTRADA SILVEIRA DA MOTA, KM 10 - RIO BONITO, POSSE, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.00142/2015.

PROCESSO Nº E-07/507721/2009 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Operação - LO, realizado por ARLA AERIAL TRANS-PORTE E TURISMO LTDA, localizada na ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA, SN - KM 97.5, AREAL - AREAL/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/507721/2009.

PROCESSO Nº E-07/002.01860/2016 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por CLOS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO, localizado na RUA JOSÉ SILVEIRA MEDEIROS, VALVERDE - BURUCUSSI, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.01860/2016.

PROCESSO Nº E-07/002.00122/2016 - Indeferido a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TEREZINHA RAITZ DA ROCHA, localizada na ESTRADA JOSÉ DA ROCHA Nº12, POSSE, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.00122/2016.

PROCESSO Nº E-07/002.11358/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por ARLA LUIZ PEREIRA BORGES, localizada na ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA, KM94 - POSSE, PETRÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.11358/2014.

PROCESSO Nº E-07/202613/2002 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Instalação - LI, realizado por PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS, localizada na CORREGO VILA ISABEL - PLATAFORMA FERROVIÁRIA, E AVENIDA CONDESSA RIO NOVA, VILA ISABEL - TRÊS RIOS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/202613/2002.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 04.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.5292/2018 - INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Sidney Gratvald Salles; feito através do processo nº E-07/002.5292/2018, para atividade de fornecimento de energia elétrica na Estrada São Lourenço, sn - São Lourenço, município de Nova Friburgo - RJ.

DE 09.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.8455/2014 - INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Alba Moraes e Silva; feito através do processo nº E-07/002.8455/2014, para atividade de anuência de supressão de vegetação de árvore da Estação Municipal de Garrafão, sn - Sítio Bela Vista - Cascatinha, município de Nova Friburgo - RJ.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS DE SÃO JOÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 08.10.2017

PROCESSO Nº E-07/500.873/2012 - AUTORIZO o cancelamento da Certidão Ambiental - CA Nº IN0029097, em nome de Laticínios Bom Pastor para extração do volume máximo diário de 4,9 m³/h de água bruta durante 2 h/d; em (01) poço tubular, no período de 26 dias, vazão máxima instantânea: 12m³/h, situado na Estrada da Bombança, 6350 - LOTE "A" - Bombança, Município Saquarema, com a finalidade de uso para (todos os fins, local não tem abrangência da rede pública de água da concessionária), isenta de cobrança e da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante.

Id: 2139518

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DESIGNADA  
PELA PORTARIA INEA PRES Nº 194, DE 18 DE JANEIRO DE  
2011 E SUAS ALTERAÇÕES

Aos quinze dias do mês de outubro de 2018, na sala da Serviço de Apoio à Presidência do INEA, na cidade do Rio de Janeiro, sob a Coordenação da servidora Hilana Paula Drummond de Andrade, reuniu-se a Comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão de adicional de qualificação, na forma instituída pela PORTARIA INEA PRES Nº 194, de 18 de janeiro de 2011 e suas alterações, estando presentes os membros abaixo assinados. Abriu-se os trabalhos, a Comissão deliberou nos seguintes termos: I - PEDIDO DEFERIDO: E-07/002.103098/18 - Karen de Freitas Isabel Ribeiro, Adicional de Qualificação de Graduação, a partir de 01 outubro de 2018; II - PEDIDOS EM EXIGÊNCIA, devendo os servidores apresentar Certificado Definitivo ou declaração de conclusão do curso e obtenção do título de mestre, no prazo de 15 dias corridos, sob pena de indeferimento: E-07/002.103260/18 - Wallace Serafim Pávo; e E-07/002.104008/18 - Samuel Muiyler Camargo da Silva. III - A Comissão concederá o prazo de até cinco dias úteis, a contar da publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para eventuais impugnações. Nada mais tendo a tratar, a Coordenadora Hilana Paula Drummond de Andrade, deu por encerrada a reunião, da qual a servidora Thaís da Costa Ferreira, lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada, por mim assinada e demais membros da Comissão presente.

HILANA PAULA DRUMMOND DE ANDRADE

Coordenadora

THAÍS DA COSTA FERREIRA

Membro

ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA SILVA

Membro

Id: 2139517

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 12/09/2018

DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento G, como Presidente, OTAVIO GREGÓRIO DA SILVA FILHO, Agente de Saneamento G, WAGNER GONÇALVES MONDEGO, Agente de Saneamento G, como membros titulares e FRANCISCO JOSÉ MEMIGETTE PAULO, Agente de Saneamento G, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato, destinado à AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE INDUÇÃO, ROTOR TIPO GAULIA, ASSÍNCRONO E DE ALTO RENDIMENTO, de que trata o Processo nº E-07/100.680/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.246/2018.

Id: 2139216

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/09/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ, Analista de Qualidade C, PAULO GOMES DO COUTO Agente de Saneamento I, JOAO RICARDO CONSTANCIO, Técnico de Laboratório II, JEAN CARLOS RANGEL PESSENTI, Agente de Saneamento I, RENATO CABRAL DE SIQUEIRA, Agente de Saneamento C, ERLY DA SILVA LOUREIRO, Agente de Saneamento H, como membros titulares e JOAO ANGÉLO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico Contabilidade II, e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO, de que trata o Processo nº E-07/100.772/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.259/2018.

Id: 2139217

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR- PRESIDENTE

DE 04/10/2018

PROCESSO Nº E-07/100.299/2017 - Tendo em vista a Decisão da Resolução de Diretoria da CDEAE de 04/10/2018, REVOGO a Licitação por Pregão Eletrônico nº 337/2017 - ASL-DP referente à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS GERADOS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO E ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS".

Id: 2139433

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 39 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO E-02/007/101446/2018 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE DOS CRITÉRIOS DE ENGENHARIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DOS ESCRITÓRIOS E LABORATÓRIOS DA PESAGRO - RIO LOTE 3 (MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/101446/2018, referente à reforma dos Escritórios e Laboratórios da PESAGRO - RIO, em Campos dos Goytacazes, referente ao Lote 03, do Shopping nº 016/2018, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa Conplan Empreendimentos e Serviços LTDA-ME.

MEMBROS:

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente;

Akihiro Tokuda, CAU/RJ A33974-1;

Ricardo Zarour, CREA/RJ 24.149D.

SUBSTITUTOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225067;

Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574;

Sergio Matta Peres, ID Funcional 26972282A.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 033/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Verçosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 16 de outubro de 2018

ANTONIO EMÍLIO SANTOS

Diretor-Geral

Id: 2139432

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 16/10/2018

PROCESSO Nº E-02/004/100117/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2018, em favor da

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBEAU00150505**  
NOME: Artesanal - RJO Cachacaria Ltda. CNPJ/CPF Nº 10.820.829/0001-66. ENDEREÇO: Estrada da Itaipana, Km 06, MUNICIPIO: Três Rios - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 44 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.9298/2016. Id: 2139513

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBEAU00150764**  
NOME: Luiz Carlos Lacerda da Silva. CNPJ/CPF Nº 023.567.177-06. ENDEREÇO: Rua Bernardo Coutinho, 4.750. MUNICIPIO: Petrópolis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 52 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.102007/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBEAU00150763**  
NOME: Pousada Mata Atlântica dos Sauer. CNPJ/CPF Nº 11.999.445/0001-43. ENDEREÇO: Rua Bingen, 1.055. MUNICIPIO: Petrópolis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 52 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.101221/2018. Id: 2139514

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO**  
**CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2017**  
**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA** torna público que o edital sofreu alterações as erratas encontram-se disponível no site do INEA, o pleito está remarcado para o dia: 05/12/2018.  
**OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO DE ALTERNATIVAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA O CONTROLE DE INUNDAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ". Id: 2139514

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
**AVISO**  
**A PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO** designados pela Portaria Nº 001/PRES-INEA de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA, torna público que fará realizar o pregão abaixo:  
**PREGÃO ELETRÔNICO 11/2018**  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPIÇÃO.  
**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.  
**DATAS DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 17/10/2018, ÀS 09:00 HORAS  
**DATA LIMITE PARA ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 05/11/2018, ÀS 10:45 HORAS.  
**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 05/11/2018, ÀS 10:50 HORAS.  
**DATA E HORÁRIO DO PREGÃO:** 05/11/2018, ÀS 11:00 HORAS.  
**PORTAL:** www.compras.rj.gov.br  
**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** 21392  
**ADSIQUISIÇÃO:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 040 - Saúde - RJ, de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira.  
**INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e endereço acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430. Id: 2139515

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 138/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ANO CANFRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE INDUÇÃO, ROTOR TIPO GAÍOLA, ASSÍNCRONO E DE ALTO RENDIMENTO.  
**PREÇO:** 90 (noventa) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 1.132.137,95 (um milhão, cento e trinta e dois mil cento e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 11/10/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.680/2017 (Pregão Eletrônico nº 344/2018). Id: 2139218

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 138/2018 (DF).  
**PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a FAXON QUÍMICA LTDA.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO, Lote 02, do Anexo 1 ao Edital.  
**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 1.044.410,00 (um milhão, quarenta e quatro mil quatrocentos e dez reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 11/10/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.772/2017 (Pregão Eletrônico nº 336/2018). Id: 2139219

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 138/2018 (DF).  
**VALOR TOTAL:** R\$ 3.455.060,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e sessenta reais).  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO, Lote 01, do Anexo 1 ao Edital.  
**PREÇO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 4.355.060,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e sessenta reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 11/10/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.772/2017 (Pregão Eletrônico nº 336/2018). Id: 2139220

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**  
**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 137/2018 (DF).  
**VALOR TOTAL:** R\$ 286.23 (quinhentos e cinquenta e seis mil e duzentos e noventa e seis reais e vinte e três reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 11/10/2018.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.680/2017 (Pregão Eletrônico nº 344/2018). Id: 2139221

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**RETIFICAÇÃO**  
**D.O. DE 10/10/2018**  
**PÁGINA 29 - 3ª COLUNA**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**  
**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 094/2017 (DF).  
Onde se lê:  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.417/2016 (Pregão Eletrônico nº 314/2017).  
Leia-se:  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.568/2016 (Pregão Eletrônico nº 314/2017). Id: 2139224